

XV Encontro sobre Economia Mineira

Título: *As rendas municipais na reconfiguração urbana de Mariana: o investimento em obras públicas na cidade episcopal da Capitania de Minas Gerais (1745-1800)*

Autora: Denise Maria Ribeiro Tedeschi  
Mestre em História Cultural-Universidade de Campinas-Brasil

Área temática: História Econômica e Demografia Histórica

Resumo:

Nas Vilas e cidades coloniais da América Portuguesa, a Câmara era a instituição político-administrativa responsável pelo provimento dos serviços essenciais a conservação da municipalidade. O órgão local deveria prover com suas rendas as obras públicas necessárias ao convívio urbano, tais como calçadas, chafarizes e pontes. O objetivo de nosso artigo é apresentar o quanto a Câmara Municipal de Mariana investiu na construção e manutenção dos equipamentos e serviços urbanos na única cidade da Capitania de Minas Gerais no Setecentos. Elevada à condição de cidade para sediar o Bispado da Capitania em 1745, diversas reformas foram realizadas no seu traçado físico para estar condigna a sua nova função religiosa.

Palavras chaves: obras públicas, despesas municipais, Mariana

Abstract

In towns and cities of the colonial Portuguese America, the Council was the political-administrative institution responsible for the provision of services essential to the conservation of the municipality. The local authority should furnish with the public revenue the public works necessary to the urban life, such as sidewalks, fountains and bridges. The aim of our paper is to present how the Municipality of Mariana invested in the construction and maintenance of equipment and urban services at the first city of the Capitany of Minas Gerais in the eighteenth century. Elevated to the status of the city to host the Bishopric in 1745, several reforms have been carried out in its physical alignment to fulfill this new religious function.

Keywords: public works, municipal expenditure, Mariana

*As rendas municipais na reconfiguração urbana de Mariana: o investimento em obras públicas na cidade episcopal da Capitania de Minas Gerais (1745-1800)*

As Câmaras Municipais representaram na sociedade mineira Setecentista a presença do Estado português em nível local. Como instituição destinada ao ordenamento, administração e fiscalidade, as Câmaras, através de seus funcionários e agentes, tornavam-se responsáveis por garantir a ordem urbana, ou seja, prover os serviços essenciais à manutenção das vilas e cidades e servir como um canal de diálogo entre os interesses locais e a Coroa.

As atribuições camarárias configuravam-se em torno de dois grandes pólos. De um lado, a fiscalização do comércio e a cobrança de taxas; e de outro, a manutenção da lei e da ordem em sentido amplo – abastecimento, condições sanitárias, urbanização, etc.<sup>1</sup> Conforme sintetizou Charles R. Boxer, as principais atividades do órgão concelhio se resumiram a:

(...) supervisionar a distribuição e o arrendamento das terras municipais e comunais; lançar e cobrar taxas municipais, fixar preços e venda de produtos e provisões, verificar licença e vendedores ambulantes e licenças de construção; assegurar a manutenção de estradas, pontes, fontes, cadeias e outras obras públicas; regular os feriados públicos e as procissões, e era responsável pelo policiamento da cidade e pela saúde e o saneamento público.<sup>2</sup>

Nosso objetivo neste artigo é avaliar, particularmente, como o governo local da cidade de Mariana administrou a conservação de seu espaço urbano a partir dos gastos com as obras públicas ao longo da segunda metade do século XVIII.

A cidade de Mariana recebeu três denominações distintas ao longo do século XVIII. Descoberta em fins do século XVII, os bandeirantes a nomearam de Arraial de Nossa Senhora do Carmo. Em 1711, o governador de São Paulo e Minas, Antônio Albuquerque, criou a Vila de Nossa Senhora do Carmo e em meados do mesmo século foi elevada à cidade de Mariana, quando o Rei D. João V a escolheu para sede do novo Bispado da Capitania de Minas Gerais.<sup>3</sup>

A única cidade das Minas no Setecentos passou por consideráveis transformações para se tornar apta e digna a exercer sua nova função religiosa. Neste sentido, a decisão reinol constituiu um importante momento da vida urbana da localidade para percebermos em que medida seu espaço urbano foi modificado. Nossa investigação privilegia a documentação relativa aos dispêndios do cofre da Câmara –

<sup>1</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Dos Poderes de vila Rica do Ouro Preto: Notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII...*, p. 127.

<sup>2</sup> BOXER, Charles R. *O Império Marítimo português: 1415-1825...*, p. 289. Era também obrigatório à Câmara custear as questões relacionadas a defesa: fardamento, sustento e pagamento dos soldos das tropas e guarnições. Ver: BICALHO, Maria Fernanda. *As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro*. *Rev. Bras. Hist.* v. 18 n. 36, São Paulo, 1998.

<sup>3</sup> Até 1745 a Capitania de Minas estava subordinada ao Bispado da Capitania de São Paulo. Conforme destacou Diogo de Vasconcellos, o Rei D. João V, como soberano e Grão-mestre de Cristo, deveria emancipar a terra para a criação do Bispado. Em 1745, a Vila foi elevada à cidade de Mariana em homenagem à Rainha D. Maria Anna da Áustria. VASCONCELLOS, Diogo de. *História do Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1935, pp. 24-26.

livros de receita e despesa - com a estrutura física urbana da cidade ao longo da segunda metade do século XVIII.

### *As arrematações de obras públicas*

A Câmara Municipal para executar qualquer obra pública deveria obedecer aos trâmites da arrematação. Conforme ditavam as Ordenações do Reino, “não se fará obra alguma, sem primeiro andar em pregão para se dar de empreitada a quem a houver de fazer melhor e por menor preço”. Apenas as obras inferiores à quantia de mil réis poderiam ser feitas a jornal, mas todas deveriam ser lançadas em livro, “em que se declare a forma de cada uma, lugar em que se há de fazer, preço e condições do contrato”<sup>4</sup>. Dessa forma, o processo de arrematação visava resguardar entre aqueles que oferecessem seus lances, a melhor oferta para executar obra pública indicada pelos membros do Senado.<sup>5</sup>

Com base nos autos de arrematação das obras públicas, acórdãos, editais e listas de despesas, encontrados no Arquivo Municipal da Câmara de Mariana, conseguimos mapear e reconstituir as etapas que envolviam a execução de uma obra pública no espaço urbano de Mariana, que se iniciava com o acórdão dos vereadores e finalizava com o pagamento da última parcela pelo serviço executado.

Nos livros dos acórdãos eram registradas todas as ações dos oficiais camarários ocorridas nas vereações, que tratavam dos mais variados temas concernentes à vida da localidade, como a necessidade das novas obras públicas, bem como o reparo das existentes.

Como etapa seguinte, o *Edital*, publicado “na parte mais pública de Mariana”, declarava pública a obra em pregão, convocando “a toda pessoa que quer ir lançar nas ditas obras”, “ver as condições que se acham em poder do escrivão deste Senado e dar seu lanço”. No *Auto de Arrematação* estão descritos todos os aspectos deste ritual. Ele constituía em si uma peça jurídica, firmada entre o arrematante construtor e o governo municipal.

Presentes as autoridades locais e o arrematante na audiência da Câmara era firmado um contrato em que o construtor se obrigava a cumprir a obra segundo as “condições de execução” e prazo estabelecidos. No *Auto* eram firmados além do tempo de execução, fiadores, valor, formas de pagamento, apontamentos de medidas, materiais e natureza da obra.

Nos vários autos de arrematação das obras públicas analisados não encontramos nenhum risco (desenho) das obras a serem executadas. Estes desenhos, provavelmente eram entregues no ato da assinatura do auto de arrematação, pois entre as exigências, encontramos com frequência a recomendação de executarem a obra “a imitação deste modelo”<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> *Ordenações Filipinas*. Livro 1. Título LXVI. Dos Vereadores. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1985. p. 151. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>

<sup>5</sup> O auto de arrematação era presidido por um Juiz (ordinário ou de Fora) com seu corpo de Câmara. Ao lado das obras públicas, cargos anuais também eram arrematados nas audiências da Câmara, devendo seguir ambos os mesmos procedimentos. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *O Governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural* Revista de História. LV, n.º 109, ano XXXVIII, 1977.

<sup>6</sup> Sobre as técnicas construtivas e a utilização dos desenhos em escala natural nos canteiros de obras ver: LEAL, Daniela V. A análise e o estudo histórico das técnicas construtivas do século XVIII- A cantaria

Participavam do processo de arrematação os fiadores, indicados pelo arrematante, que em caso de impossibilidade ou abandono da obra se responsabilizariam pela execução e/ou prejuízos da obra, o que constituía uma garantia ao Senado.

Os *pagamentos* eram registrados em recibos, em poder do Tesoureiro, que no fim do ano delegava ao escrivão transcrever para *as listas de despesas* os gastos do órgão municipal. Dessa forma, fechava-se o ciclo da arrematação de uma obra pública. De um lado estavam os administradores que indicavam as obras necessárias ao cenário urbano e de outro os oficiais construtores interessados em arrematá-las. O processo de arrematação regulamentava a atuação dos funcionários locais no provimento do mobiliário urbano, primando, em tese, pela melhor oferta.

#### *As Receitas e despesas da Câmara*

Nas listas de Receita e Despesas do Concelho foi possível averiguar o quanto foi despendido com as obras públicas no intervalo de 1745-1800. O funcionário responsável por administrar o cofre do Senado era o Tesoureiro, que efetuava os pagamentos e registrava as entradas durante todo o ano. No início do ano seguinte, o escrivão discriminava em livro próprio as receitas e em seguida as despesas e, por fim, o saldo anual. O ouvidor da Comarca, investido da função de corregedor averiguava todos os anos as contas dos Concelhos municipais de sua jurisdição a procura de possíveis irregularidades ou mau uso das finanças municipais. Conforme resumiu Camila Santiago:

(...) o escrivão da Câmara era requisitado para recolher o recibo e transcrevê-los na forma de lista. Em meados do ano seguinte, o ouvidor registrava a fiscalização da contabilidade num documento chamado auto de contas. Exigia a apresentação de recibos, de autorização régia para alguns tipos de estipêndios, decidia sobre a adequação entre o valor gasto e o motivo alegado e sobre a necessidade do dispêndio caso julgasse alguma despesa desnecessária, excessiva ou não condizente com as funções do senado, glosava-a requisitando [o valor] dos oficiais da Câmara.<sup>7</sup>

Ao analisarmos as contas do Concelho de Mariana entre os anos de 1745 e 1800, a receita mínima anual encontrada foi em 1788, no valor de 2:946\$442, e a máxima em 1745, 15:257\$958 réis<sup>8</sup>. O volume total arrecadado nestes 53 anos chegou a 325:320\$479 réis, com uma receita média anual de 6:246\$163 réis. As fontes de renda provinham dos foros cobrados no terreno de sua sesmaria, dos tributos das licenças dos oficiais mecânicos e das lojas, das multas e dos arrendamentos dos contratos de

---

na Arquitetura mineira. In: *Atas do IV Encontro de História da Arte: entre a produção e a reflexão*. Campinas: Unicamp, 2008.

<sup>7</sup> SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. *A Vila em Ricas Festas: celebrações promovidas pela Câmara de Vila Rica. 1711-1744*. Belo Horizonte: Editora c/Arte, 2003.p. 52

<sup>8</sup> AHCMM. Miscelâneas. Cód.572 (1745); Cód. 679 (1746, 1747, 1750); Cód. 201(1748-1749); Cód. 660 (1751, incompleto); Cód. 176(1752-1762); Cód.151(1766- 1768); Cód. 649(1769); Cód. 73 (1770); Cód. 75(1771); Cód. 384 (1774); Cód. 701(1775); Cód.382(1776); Cód.141(1777-1783); Cód. 202(1784-, 1788); Cód. 277(1789- 1795); Cód. 124 (1796-1800). Não foram encontrados os dados para os anos de 1751, 1772 e 1773.

aferição, rendeiro do ver, meias patacas e carceragem<sup>9</sup>. Um terço de suas rendas pertencia ao soberano e o restante era aplicado na administração da municipalidade<sup>10</sup>.

As despesas chegaram a 293:123\$132 réis, com os valores mínimo e máximo, respectivamente, nos anos de 1781 (2:823\$961) e 1749 (13:850\$048), com uma média anual de despesa no valor de 5:636\$983 réis<sup>11</sup>. O total investido em obras públicas foi da ordem de 74:585\$978 réis (25%) no Termo<sup>12</sup>. Compreendiam o rol de gastos da Câmara, além das obras públicas (louvação, riscos, construção e reparo), os expostos, as diligências, os emolumentos (aposentadorias, ordenados) e as festividades (propinas, músicos, ornamentos, festejos, ceras, sermões, etc.) No rol de despesas do Concelho de Mariana entre os anos de 1745 e 1800, a receita mínima encontrada foi em 1788, no valor de 2:946\$442, e a máxima em 1745, 15:257\$958 réis.

No Gráfico 1, *Receitas e despesas da Câmara de Mariana (1745-1800)* apresentamos a trajetória anual das contas da Câmara de Mariana durante toda a segunda metade do XVIII.

---

<sup>9</sup> SILVA, Fabiano G. da. SILVA, Fabiano G. da. A construção da urbe. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLV, 2009.

<sup>10</sup> FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5 ed. Porto Alegre: Globo, 1979, p. 186.

<sup>11</sup> Michelle Cardoso Brandão ao analisar os livros de Receita e Despesa da Câmara de Mariana chegou a média anual para Receita de 5:200\$000 para a primeira metade, correspondente ao arrolamento dos anos de 1711, 1712, 1713, 1714, 1715, 1720, 1725, 1739, 1742. Para a segunda metade do século XVIII, analisou os anos de 1752, 1755, 1760, 1765, 1771, 1776, 1780, 1785, 1790, 1795 e 1800 e encontrou uma Receita média anual de 4:800\$000 réis. Ao todo, segundo a autora 110:514\$438 réis para a receita total e 98:188\$257 réis para despesa total. Os valores encontrados por Brandão divergem dos nossos em virtude do número de anos analisados. Ao todo, a autora consultou 21 anos que se distribuem entre a primeira e segunda metade do século XVIII, ao passo que consultamos toda a segunda metade do Setecentos. Também devem ser consideradas possíveis diferenças metodológicas na sistematização dos dados. BRANDÃO, Michelle C. *Estado e quadro fiscal na Era Moderna: Portugal e Brasil*. Monografia. (Bacharelado em História). Mariana: UFOP, 2005, pp.46-49.

<sup>12</sup> Em virtude da implantação do aparelho político-administrativo local, novas divisões espaciais surgiram, a saber: (1) a sesmária ou rossiô da Câmara, terreno doado pelo Rei, que constituía a porção de terras da vila, media uma légua em quadra e era demarcada fazendo pião do pelourinho, “correndo para todas as partes na distância de meia légua”; (2) o Termo, território subordinado à jurisdição da Câmara, constituído pelas freguesias, arraiais, sesmarias e sertões (3) Comarca de Ouro Preto. Em 1714, a Capitania de Minas Gerais foi dividida em quatro comarcas. O Termo de Nossa Senhora do Carmo pertencia à Comarca de Ouro Preto, subordinando-se à sua ouvidoria. VASCONCELLOS, Diogo P. Ribeiro de. *Breve descrição Geográfica, Física e política da Capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico de Carla Maria Junho Anastásia. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. (Coleção Mineiriana); FONSECA, Cláudia. D. Rossios, chãos eternas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 42, n. 1, jul./dez., 2006, p. 36.



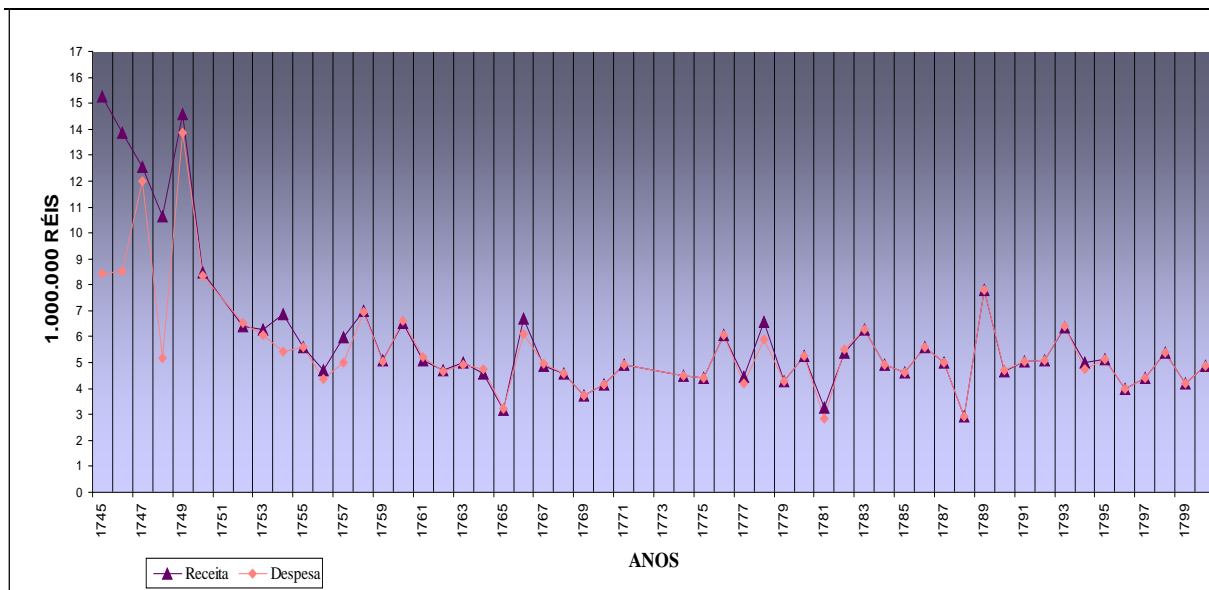
### GRÁFICO 1

Receitas e despesas da Câmara de Mariana (1745-1800)

Formatado: Fonte: 12 pt

Formatado: Fonte: 12 pt

Formatado: Fonte: 12 pt



Fonte: AHCMM. Miscelâneas. Cód. 572 (1745); Cód. 679 (1746, 1747, 1750); Cód. 201 (1748-1749); Cód. 660 (1751, incompleto); Cód. 176 (1752-1762); Cód. 151 (1766-1768); Cód. 649 (1769); Cód. 73 (1770); Cód. 75 (1771); Cód. 384 (1774); Cód. 701 (1775); Cód. 382 (1776); Cód.141 (1777-1783); Cód. 202 (1784-, 1788); Cód. 277 (1789- 1795); Cód. 124 (1796-1800). Não foram encontrados os dados para os anos de 1751, 1772 e 1773.

TABELA 1:  
 Receitas x Despesas x Saldos anuais da Câmara de Mariana (1745-1800)

Formatado: Centralizado,  
 Espaçamento entre linhas: simples

ANO	RECEITA	DESPESA	SALDO
1745	15257958	8432159	6825799
1746	13856221	8514997	5341224
1747	12553133	11979624	573509
1748	10633835	5170336	5463499
1749	14593066	13850048	743018
1750	8480444	8357407	123037
1751	0	0	0
1752	6394880	6514570	-119690
1753	6262674	6043457	219217
1754	6862228	5441812	1420416
1755	5584084	5593722	-9638
1756	4725330	4363122	362208
1757	5987593	4999792	987801
1758	7009766	6973493	36273
1759	5107871	5029182	78689
1760	6516749	6611182	-94433
1761	5089524	5213530	-124006
1762	4722878	4656341	66537
1763	4992279	4915288	76991
1764	4566814	4741385	-174571
1765	3194473	3229776	-35303
1766	6681506	6084789	596717
1767	4888123	4954135	-66012
1768	4593493	4594293	-800
1769	3725362	3725362	0
1770	4140600	4140600	0
1771	4923787	4923787	0
1772	0	0	0
1773	0	0	0
1774	4480973	4480973	0
1775	4429293	4429293	0
1776	6046387	6046387	0
1777	4449384	4216090	233294
1778	6562265	5909973	652292
1779	4288526	4288526	0
1780	5267259	5267259	0
1781	3250463	2823961	426502
1782	5400526	5500242	-99716
1783	6262250	6263906	-1656
1784	4913496	4913496	0
1785	4621828	4621828	0



1786	5578475	5595612	-17137
1787	5017060	5011635	5425
1788	2946442	2946442	0
1789	7809877	7809877	0
1790	4669913	4699913	-30000
1791	5054767	5054767	0
1792	5078146	5086927	-8781
1793	6371172	6395406	-24234
1794	5009704	4746812	262892
1795	5118620	5125085	-6465
1796	3991494	3991494	0
1797	4414687	4414687	0
1798	5389451	5389451	0
1799	4197738	4197738	0
1800	4874163	4874163	0
Receitas Total	325320479	293156132	

Fonte: AHCMM. Miscelâneas. Cód. 572 (1745); Cód. 679 (1746, 1747, 1750); Cód. 201 (1748-1749); Cód. 660 (1751, incompleto); Cód. 176 (1752-1762); Cód. 151 (1766- 1768); Cód. 649 (1769); Cód. 73 (1770); Cód. 75(1771); Cód. 384 (1774); Cód. 701(1775); Cód. 382(1776); Cód. 141 (1777-1783); Cód. 202 (1784-, 1788); Cód. 277 (1789- 1795); Cód. 124 (1796-1800). Não foram encontrados os dados para os anos de 1751, 1772 e 1773.

No Gráfico 1, percebemos os movimentos de variação das Receitas e Despesas da Câmara de Mariana desde o momento de criação da cidade de Mariana por D. João V, em 1745, até 1800. Entre os anos de 1745 e 1750 estiveram as maiores arrecadações da Câmara, período marcado pela alta produção aurífera, implantação do Bispado e reformas da cidade. A partir de 1750 houve um declínio substancial, com uma diminuição abrupta de 6:112\$622 réis na arrecadação. Entre os anos de 1750 e 1788 as rendas variaram de 3:194\$473 réis (1765) a 7:009\$766 réis (1758), prevalecendo no intervalo entre 4:000\$000 e 6:000\$000 réis. Em 1788 (2:946\$442) houve uma nova diminuição das rendas, seguido por uma nova ascensão no ano seguinte, 1789(7:809\$877), e retornando à variação anterior entre 4:000\$000 e 6:000\$000 réis entre 1790 e 1800.

Nos anos 1747, 1749 e 1750 estiveram as maiores despesas, acompanhadas das altas arrecadações, marcantes deste período. A partir de 1759, vemos uma maior equidade entre o que foi arrecadado e gasto, prevalecendo os saldos nulos. Nos anos de 1752, 1755, 1760, 1761, 1762, 1765, 1782, 1783, 1786, 1792, 1793, 1794, 1795, ao todo 17 anos, ocorreram déficits nas contas da Câmara, ou seja, o governo local gastou mais do que arrecadou durante o ano. Todavia, estes valores não foram significativos, conforme demonstramos na tabela abaixo:

Tabela 2: Superávits e déficits nas Contas da Câmara de Mariana (1745-1800)

Ano	Saldos negativos	Ano	Saldos nulos	Ano	Saldos Positivos
1752	(119\$690,00)	1769	-	1745	6:826\$399,00
1755	(9\$638,00)	1770	-	1746	5:341\$224,00
1760	(94\$433,00)	1771	-	1747	573\$509,00
1761	(123\$256,00)	1772	-	1748	5:463\$499,00
1764	(174\$571,00)	1773	-	1749	743\$018,00
1765	(36\$053,00)	1774	-	1750	123\$637,00
1767	(66\$012,00)	1775	-	1753	218\$467,00
1768	(\$800,00)	1776	-	1754	1:420\$416,00
1782	(98\$966,00)	1779	-	1756	362\$958,00
1783	(2\$406,00)	1780	-	1757	987\$801,00
1786	(17\$137,00)	1784	-	1758	36\$273,00
1790	(30\$000,00)	1785	-	1759	78\$689,00
1792	(8\$031,00)	1788	-	1762	66\$537,00
1793	(23\$484,00)	1789	-	1763	76\$241,00
1795	(7\$215,00)	1791	-	1766	596\$717,00
		1796	-	1777	234\$044,00
		1797	-	1778	651\$542,00
		1798	-	1781	427\$252,00
		1799	-	1787	5\$425,00
		1800	-	1794	263\$642,00
Saldo total acumulado				32:164\$347,00	

Fonte: AHCMM. Miscelâneas. Cód.572 (1745); Cód. 679 (1746, 1747, 1750); Cód. 201(1748-1749); Cód. 660 (1751, incompleto); Cód. 176(1752-1762); Cód.151(1766-1768); Cód. 649(1769); Cód. 73 (1770); Cód. 75(1771); Cód. 384 (1774); Cód. 701(1775); Cód.382(1776); Cód.141(1777-1783); Cód. 202(1784-, 1788); Cód. 277(1789- 1795); Cód. 124 (1796-1800). Não foram encontrados os dados para os anos de 1751, 1772 e 1773.

Como podemos observar, prevaleceram os saldos nulos e os superávits. O maior saldo negativo foi em 1764(-174\$571). Enquanto os maiores saldos positivos se concentraram entre 1745-1749, período das maiores arrecadações do Câmara na cidade. O superávit acumulado chegou a 32:164\$347 réis em fins do século.

A distribuição dos gastos, por um lado, revelou um grande investimento inicial em 1749, seguido de recursos menores na configuração e conservação da estrutura urbana. Nos cinco primeiros anos analisados, de 1745 a 1750, foram investidos 14:253\$276 réis dos 74:585\$978 réis, o que correspondeu a 19% dos gastos com as obras públicas somente neste quinquênio. Este dado indica que os anos iniciais da cidade episcopal foram momentos fulcrais da reconfiguração urbana, nos quais o Câmara despendeu com as obras mais necessárias e onerosas da infra-estrutura urbana, como o abastecimento de água (4:581\$110 réis) e a reconstrução da Ponte dos Monsus

(1:635\$000)<sup>13</sup>. O Senado privilegiou, portanto, as obras mais caras no período das maiores receitas da segunda metade do século XVIII. Neste sentido, a reforma acontecia em um momento propício ao órgão local, que aproveitou de suas altas rendas para investir no espaço urbano. Por outro lado, neste mesmo intervalo de 5 anos (1745-1750) vemos uma variação abrupta nos investimentos do espaço físico. Estas oscilações são indicativos de que a Câmara se adequava às contingências da municipalidade, como a chegada de um Bispo em 1748 e as exéquias do Rei em 1750<sup>14</sup>.

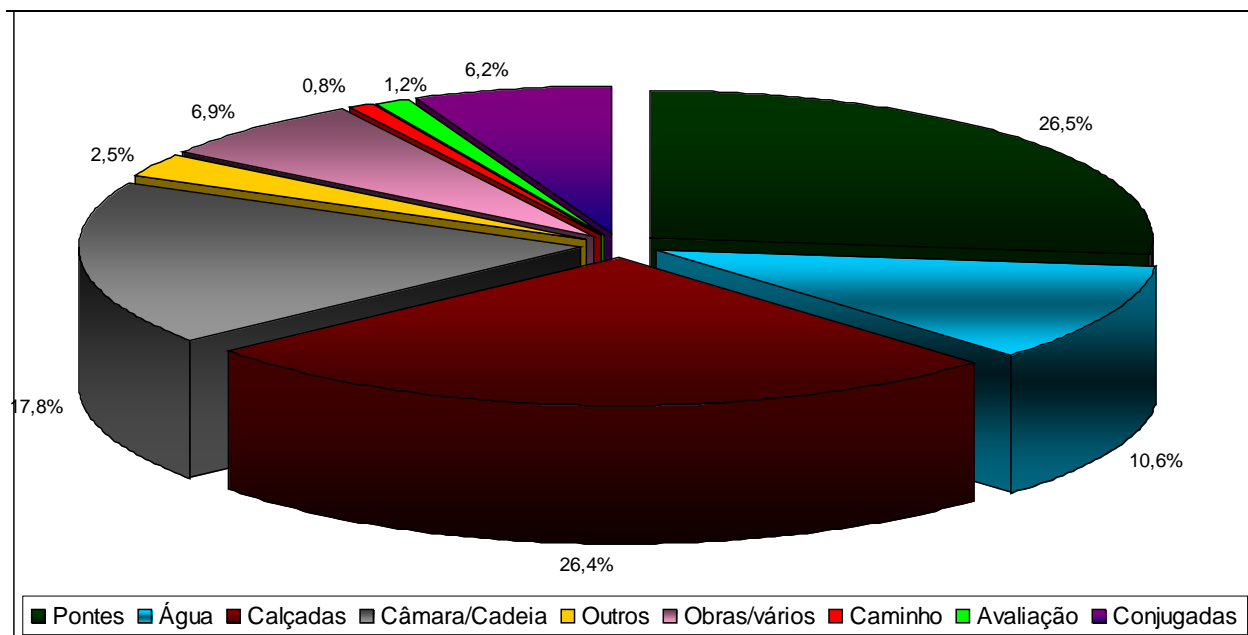
Dentro do conjunto das obras públicas financiadas pelas mãos do Senado, procuramos desvendar qual a representatividade da rede de abastecimento dentro do quadro de investimentos na infra-estrutura urbana de Mariana, conforme apresentamos no Gráfico 4, *Percentual de Despesas por Tipos de Obras Públicas no Termo de Mariana (1745-1800)*:

---

<sup>13</sup> A Ponte dos Monsus, cortava o Ribeirão do Carmo, ligando o centro urbano ao bairro dos Monsus. Arruinada pela fúria das águas do Carmo a ponte foi uma das obras mais caras e necessárias à municipalidade. AHCMM. Códice 135. “Auto de arrematação da Ponte Grande que se há de fazer no Ribeirão junto à ponte velha que para a parte dos Monsus”. 22/02/1749. fls. 43v-45v. Arrematada por Sebastião Martins Costa no valor de 1:635\$000. O pagamento desta obra consta no AHCMM. Códice 201. Lista de despesas de 1749. fls. 123v, 125, 129v.

<sup>14</sup> Sobre os gastos municipais com as exéquias e demais festividades na Capitania de Minas Gerais Cf. SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. *A Vila em Ricas Festas: celebrações promovidas pela Câmara de Vila Rica. 1711-1744*. Belo Horizonte: Editora c/Arte, 2003.

Gráfico 2: Percentual de despesas por tipos de obras públicas no Termo de Mariana (1745-1800)



Fonte: AHCMM. Miscelâneas. Cód.572 (1745); Cód. 679 (1746, 1747, 1750); Cód. 201(1748-1749); Cód. 660 (1751, incompleto); Cód. 176(1752-1762); Cód.151(1766- 1768); Cód. 649(1769); Cód. 73 (1770); Cód. 75(1771); Cód. 384 (1774); Cód. 701(1775); Cód.382(1776); Cód.141(1777-1783); Cód. 202(1784-, 1788); Cód. 277(1789- 1795); Cód. 124 (1796-1800). Não foram encontrados os dados para os anos de 1751, 1772 e 1773. Foram criadas as seguintes categorias de acordo com os tipos de obras descritas nas listas de despesas: Pontes (construções e reparos); Águas (construções e reparos da rede de abastecimento); Calçadas; Câmara e Cadeia; Outros (obras que raramente apareceram nas listas, como: palácios, paredão, risco e pelourinho); Obras/vários (descrição que não especifica o tipo de obra paga); Caminho; Avaliação (pagamentos pelos serviços de exame das obras e bens do Conselho); Conjugadas (obras arrematadas e pagas em conjuntos em que não foi possível estabelecer o pagamento individual pelo tipo da obra).

Do conjunto da Despesa total da Câmara (293:123\$132) ao longo de toda a segunda metade do Setecentos, 74:585\$978 réis foram investidos no mobiliário urbano da cidade, o que representou 25% dos gastos da municipalidade. Em primeiro lugar estiveram as pontes com 19:749\$498 réis, seguido das Calçadas, 19:663\$831 réis, Casa de Câmara e Cadeia (13:270\$828) e em quarto lugar as obras públicas relativas ao provimento das águas, com 7:907\$049 réis. A maioria dos gastos com a rede de abastecimento se concentrou no ano de 1749, quando foram empregados 4:581\$110 réis para a construção do Aqueduto e o primeiro Chafariz e fonte de repuxo da cidade. Os demais 3:325\$ 939 réis foram divididos ao longo dos 52 anos de despesas com obras de reparo, aumento e conservação dos canos e chafarizes.

As pontes do Termo de Mariana foram os equipamentos urbanos que mais requereram reparos e construções. Na cidade foram edificadas utilizando a madeira braúna, comum na região. Entretanto esse material parecia mais vulnerável a fúria das águas do Carmo e seus afluentes, por isso alvo de constantes consertos. Na cidade, foram construídas a Ponte do Seminário, Ponte de Santa Ana, Ponte de São Gonçalo e a Ponte dos Monsus. A Ponte de São Gonçalo, também conhecida como Ponte da Rua Direita foi a única construída toda em pedra, somente em 1796 por João Miguel Ferreira no valor de 2:599\$000 réis, a ponte mais cara aos cofres da municipalidade na segunda metade do Setecentos<sup>15</sup>. Há que se considerar, neste caso, que o volume elevado investido nas pontes se deveu ao fato de que além do conjunto edificado dentro da cidade, outras foram construídas pelo Termo. A Câmara de Mariana entre 1745 e 1800 construiu pontes nos povoados de Bento Rodrigues, Mainarde, São Sebastião, Catas Altas, São José da Barra, Passagem de Mariana, Guarapiranga, no Rio Perapetinga, Belchior, São Caetano e no Rio Gualaxo do Norte<sup>16</sup>.

As obras de calçada perfizeram 26, 4% (19:663\$831) dos gastos com obras públicas na municipalidade. Obras de calçamento também foram executadas em algumas das localidades do Termo, entretanto, em menor escala do que dentro da cidade de Mariana. Essas obras eram pagas conforme o número de braças executadas no terreno. Os valores variavam, portanto, em conformidade com a extensão a ser calçada. O valor mínimo investido foi de 61\$200 em 1767 e o máximo em 1747, 2:834\$108 réis<sup>17</sup>. No caso de Mariana, toda a parte ao sul, atrás da Igreja Matriz, que compunha os novos terrenos da municipalidade teria sido calçada na segunda metade do Setecentos, acompanhando o movimento de reforma e expansão do sítio urbano que se observou ao longo deste período. Como ressaltou Silva, esse tipo de obra era fundamental ao cenário urbano: facilitava a circulação de pessoas, carroças, mercadorias e animais “concorrendo para o aumento do comércio e para a comodidade e a conveniência dos moradores”. O calçamento dispunha o espaço público de forma decente às

<sup>15</sup> De acordo com Fabiano Gomes da Silva, em Vila Rica todas as pontes anteriores a 1740 foram de madeira. Somente a partir desta década começaram a ser utilizadas “rochas dos morros da Vila”. Durante todo o século XVIII foram erguidas 18 pontes. SILVA, Fabiano Gomes. *Pedra e cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Dissertação (Mestrado em História). FAFICH, UFMG, Belo Horizonte, 2007, p. 56. Sobre a ponte de Areia de Mariana ver: AHCMM. Códice 377. Auto de Arrematação da Fatura da Ponte de Pedra e cal chamada de São Gonçalo. Arrematante: 2:599\$000. fls. 265v-267.

<sup>16</sup> Como exemplo, citamos a ponte de São José da Barra arrematada por José Crasto Ribeiro em 1754 pelo valor 1:530\$000. AHCMM. Códice 135. 06/11/1754, fls. 204v-206v. Em anexo, apresentamos as localidades que pertenciam ao Termo de Mariana.

<sup>17</sup> AHCMM. Códice 151. Lista de despesas de 1767. fls. 231; AHCMM. Códice 679. Lista de despesas de 1747. fl. 93v.

comemorações festivas, além de contribuir para a salubridade, “auxiliando no escoamento das águas pluviais e dos dejetos”<sup>18</sup>.

Nem toda obra arrematada nas audiências da Câmara chegou a ser executada no cenário urbano. E neste sentido, as listas de despesas, onde estão descritos os pagamentos realizados pelos camarários, constituem um valioso indicativo se os construtores as realizaram. Como ocorreu no caso da nova Casa de Câmara e Cadeia, construída no antigo terreno dos pastos. Até 1763 não se tinha iniciado as obras do novo prédio público e a Câmara continuava a investir na manutenção do antigo edifício até que Valentim de Sá Torres arrematou a obra pelo valor de 12:000\$000 réis. Todavia, a obra não foi executada. Além de não constar na lista de gastos da Câmara, novo arremate ocorreu em 1782, desta vez por José Pereira Arouca, no valor de 14:800\$000 réis.

No caso das obras de abastecimento de água, foram gastos 7:907\$049 réis (10,6%), ocupando estas, portanto, o quarto lugar dentro do conjunto de obras públicas. Quanto ao uso das rendas municipais com águas, devem ser feitas três ressalvas. Em primeiro lugar, se considerarmos que os investimentos nas pontes da cidade e seu termo respondiam à sobreposição das águas e, sobretudo, especificamente, que dentro de Mariana as frequentes enchentes eram um problema urbano comum no período, os gastos com a administração das águas urbanas ganham uma nova representatividade. Somados os gastos com o abastecimento de água e os gastos com as pontes, chegamos ao valor de 27:656\$546 réis (37,1%) das despesas com obras públicas dedicadas à ordenação das águas em Mariana e seu termo.

Em segundo lugar, as obras de abastecimento financiadas pelo poder local se restringiram aos limites urbanos da cidade episcopal. Não foi encontrado nas listas de despesas da Câmara nenhum dispêndio com o abastecimento de água no termo. Enquanto o circuito de fornecimento das águas ficou restrito à sede,<sup>19</sup> enorme quantidade foi consumida em pontes e calçadas por toda a municipalidade. A última ressalva refere-se às despesas inventariadas como conjugadas, em que coexistiram dois tipos distintos de obras públicas para um só pagamento e foi impossível distinguir o valor correspondente a cada tipo. Como, por exemplo, o pagamento a José Moreira de Matos de 19\$500 “para betumar o tanque do chafariz e o conserto da Cadeia” em 1751<sup>20</sup> ou “o conserto nas fontes e canos de água, cadeia, ponte e Câmara dessa cidade” em 1786 por José Pereira Arouca.<sup>21</sup>

### Conclusão

Neste artigo, apresentamos um quadro geral dos investimentos da administração municipal em obras públicas na cidade de Mariana ao longo da segunda metade do século XVIII. Identificamos, em um primeiro momento, a arrecadação e os gastos anuais entre 1745 e 1800. O conjunto destes dados permitiu identificar as oscilações do cofre municipal, bem como analisá-los diante das mudanças urbanísticas e do contexto econômico do Setecentos.

<sup>18</sup> SILVA, Fabiano Gomes. *Op.cit.* p. 55.

<sup>19</sup> Nas listas de despesa do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, não encontramos nenhum pagamento referente às obras relativas ao abastecimento de água fora da sede administrativa do Termo. No terceiro capítulo trataremos deste aspecto.

<sup>20</sup> AHCMM. Lista de despesas de 1751. Códice 660. fl. 58v.

<sup>21</sup> AHCMM. Lista de despesas de 1786. Códice 202. fl. 91.

Em um segundo momento, investigamos os gastos com obras públicas, identificando os recursos investidos nos diferentes tipos de equipamentos urbanos que compunham a cena da cidade. Privilegiamos a atuação da Câmara Municipal, com o objetivo de perceber o cotidiano na administração dos serviços urbanos. No entanto, vale ressaltar que particulares podiam por iniciativa, com autorização do Senado, edificar pontes, chafarizes, ou qualquer outro tipo de equipamento urbano. A Provedoria da Fazenda Real, por exemplo, gastou 1:630\$312 réis com serviços de pedreiros e carpinteiro<sup>22</sup>, o que revela que o investimento na estrutura física de Mariana contou com outros atores no processo de urbanização de seu espaço.

### *Referências Bibliográficas*

- BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRANDÃO, Michelle C. *Estado e quadro fiscal na Era Moderna: Portugal e Brasil*. Monografia. (Bacharelado em História). Mariana: UFOP, 2005.
- Códice Costa Matoso*. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999, vol. 1
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5 ed. Porto Alegre: Globo, 1979.
- FONSECA, Cláudia. D. Rossios, chãos eterras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 42, n. 1, jul./dez., 2006,.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Dos Poderes de vila Rica do Ouro Preto: Notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII*. *Varia História*, n° 31, Janeiro, 2004.
- Ordenações Filipinas*. Livro 1. Título LXVI. Dos Vereadores. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1985. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. *O Governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural* *Revista de História*. LV, n°109, ano XXXVIII, 1977.
- SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. *A Vila em Ricas Festas: celebrações promovidas pela Câmara de Vila Rica. 1711-1744*. Belo Horizonte: Editora c/Arte, 2003.
- SILVA, Fabiano G. da. SILVA, Fabiano G. da. A construção da urbe. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLV, 2009.
- SILVA, Fabiano Gomes. *Pedra e cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Dissertação (Mestrado em História). FAFICH, UFMG, Belo Horizonte, 2007.
- VASCONCELLOS, Diogo de. *História do Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1935.

---

<sup>22</sup> Relação do rendimento que teve a Fazenda Real das Minas Gerais no ano de 1749. In: *Códice Costa Matoso*. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999, vol. 1, p. 427.

VASCONCELLOS, Diogo P. Ribeiro de. *Breve descrição Geográfica, Física e política da Capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico de Carla Maria Junho Anastásia. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. (Coleção Mineiriana);

FONSECA, Cláudia. D. Rossios, chãos eterras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 42, n. 1, jul./dez., 2006,.